

**CONTRATO N° 058/2025**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA E COSTA E SOUZA RT CARMEL LTDA.**

**CONTRATANTE:**

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.273.946/0001-94, com sede na Rua Dr. Francisco Timm, 480, Santa Rosa, RS, neste ato, representada pelo seu Presidente, Sr. **DÉLCIO STEFAN**, brasileiro, casado, CPF nº 501.770.790-53, RG nº 2027079926, residente e domiciliado em Santa Rosa, em pleno e regular exercício de suas atribuições, doravante denominado simplesmente FUMSSAR.

**CONTRATADA:**

**COSTA E SOUZA RT CARMEL LTDA**, associação privada, de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 62.548.157/0001-03, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 667, Ijuí, RS, neste ato, representada pelo Sr. **CARLOS ROGÉRIO RIBEIRO DE SOUZA**, brasileiro, RG nº 1052647251, CPF nº 711.467.680-87, residente e domiciliado em Ijuí, RS, em pleno e regular exercício de suas funções, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Têm entre si ajustado e contratado, de acordo com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, em conformidade com os Processos Administrativos nº 90796/2025 de 17/10/2025 da Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa, e o objeto constante do Edital de Dispensa de Licitação nº 112/2025 de 27/10/2025, celebrar o presente Contrato para prestação de serviços, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Trata-se o objeto do presente Contrato a prestação pela CONTRATADA **de serviços de residencial terapêutico com atividades de assistência psicossocial e à saúde a pessoas com transtornos mentais e sofrimentos psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares não especificadas.**

§ 1º - O tratamento será destinado aos munícipes de Santa Rosa, de acordo com os critérios estabelecidos em sua avaliação pela Equipe do CAPS de Santa Rosa/RS por período predefinido, renovável, se necessário, após avaliação médica e/ou avaliação da equipe multiprofissional do CAPS.

§ 2º - Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- I - Termo de Referência;
- II - Edital de Chamamento Público;
- III - Proposta da CONTRATADA;
- IV - eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA SEDE E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços contratados serão executados na sede da CONTRATADA, localizada no município de Ijuí, visando ter maior facilidade de acompanhamento e fiscalização por parte das Equipes de Saúde Mental e de visitas dos familiares do morador/usuário.



**MUNICÍPIO DE SANTA ROSA**

§ 1º - A CONTRATADA deverá providenciar a busca e remoção do(a) paciente sem ônus para a CONTRATANTE caso necessite de algum serviço dentro do município de Ijuí para tratamento de saúde. A remoção para fora do município de Ijuí, para familiares visitarem o morador/usuário, por exemplo, deverá ser solicitada para gerência da RAPS da FUMSSAR.

§ 2º - Eventual mudança de endereço do estabelecimento deverá ser imediatamente comunicada a CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços em outro endereço, podendo, ainda, rever as condições do Contrato e, até mesmo, denunciá-lo se entender conveniente.

§ 3º - A mudança do(a) Diretor(a) Clínico/Técnico também será comunicada à CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

**3.1.** Para o cumprimento do objeto deste Contrato a CONTRATADA se obriga a:

**I - Quanto ao Objeto:**

a) Apresentar o Projeto Terapêutico Individual que deverá constar: rotina de funcionamento e tratamento definindo atividades obrigatórias e opcionais, processos a serem utilizados para acompanhamento da evolução do residente e que deve ser realizado em conjunto com equipes de referência em saúde mental de Santa Rosa e/ou Ijuí;

b) Prestar, em suas dependências e instalações, por meio de seu corpo técnico, todo o tratamento conforme proposta apresentada;

c) Desenvolver juntamente com a Equipe do CAPS o Projeto Terapêutico Singular dos usuários quando encaminhados;

d) Providenciar a busca e remoção do morador/usuário sem ônus para a FUMSSAR, para a família ou para o requerente, promovendo e garantindo o transporte, sempre que for solicitado pela Equipe da saúde mental do município onde está residindo o usuário, para avaliações, consultas e tratamento proposto no Projeto Terapêutico Singular;

e) Manter equipe multidisciplinar, como, por exemplo, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, Professor de Educação Física, Pedagogo, equipe de enfermagem, monitor, serviços gerais, etc, conforme legislação vigente;

f) Oferecer tratamento considerando a ocorrência de comorbidades sejam psiquiátricas ou dos sintomas decorrentes do uso de substâncias psicoativas, através do SUS do município onde está o morador;

g) Gerenciar o fornecimento dos medicamentos específicos ao tratamento de saúde, se for necessário;

h) Sujeitar-se à fiscalização dos serviços realizados pela FUMSSAR e órgãos complementares;

i) Comunicar imediatamente à FUMSSAR e à família da paciente e/ou responsável sobre eventuais casos de fuga, evasão ou falecimento;

j) Promover, sempre que necessário, a adequada remoção do usuário, quando de intercorrências médicas;

k) Fornecer relatório mensal sobre desenvolvimento do usuário durante o período de moradia, e/ou conforme solicitação da Equipe do CAPS;

l) Não cobrar, em hipótese alguma, valor de qualquer natureza diretamente do usuário, de seus familiares e/ou de servidor da FUMSSAR, nem exigir que o usuário ou seus familiares, assinem fatura ou guia de atendimento em branco;

m) Manter sempre atualizado o prontuário e arquivo do morador;

p) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o morador para fins de

experimentação;

**q)** Atender o morador com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

**r)** Justificar ao morador, ou a seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no Contrato;

## **II – Outras obrigações da CONTRATADA:**

**a)** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações e sugestões, sob pena de sanção administrativa de advertência, em caso de não atendimento ou demora excessiva;

**b)** Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias a seu esclarecimento;

**c)** Comprovar até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, o recolhimento no prazo legal dos encargos decorrentes da contratação, exibindo sempre que solicitado as comprovações respectivas, sob pena de sanção administrativa de multa, ou até mesmo suspensão temporária, conforme o caso a ser tempestivamente analisada;

**d)** Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, da CONTRATANTE;

**e)** Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de sanções administrativas de advertência ou até mesmo multa, conforme o caso a ser tempestivamente analisada;

**f)** Apresentar, se for o caso, independente de solicitação pela CONTRATANTE, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários trabalhistas e fiscais decorrentes da execução do contrato e que demonstre que os referidos pagamentos referem-se aos empregados utilizados na execução deste Contrato;

**g)** Os prepostos da CONTRATADA, não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

**h)** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

**i)** Manter sigilo das atividades desenvolvidas, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responder civil, penal e administrativamente, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual;

**j)** Responsabilizar-se pelas obrigações sociais, trabalhistas, encargos previdenciários, inclusive seguro de acidentes de trabalho, ou outro necessário, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, no exercício de suas atividades;

**k)** Fornecer até o 5º dia útil do mês subsequente, Nota Fiscal do serviço prestado, para fins de pagamento pela CONTRATANTE do valor devido;

**l)** Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços objeto do credenciamento, nos termos da legislação vigente.

### **3.2. Para o cumprimento do objeto deste Contrato a CONTRATANTE se obriga:**

**a)** Designar representante, do seu quadro de servidores efetivos, para exercer a função de Fiscal de Contrato, de modo que se venha a assegurar a boa prestação dos serviços, ao se verificar sempre o seu bom desempenho através da análise contratual, além de atestar as notas

## MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

fiscais/faturas, desde que ocorra o efetivo cumprimento do objetocontratado e a entrega tempestiva de todos os documentos necessários ao seu faturamento;

b) Proceder aos pagamentos devidos à CONTRATADA;

c) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;

d) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato;

e) Observar, nos casos de aplicações de sanções administrativas, o disposto no inciso LVI do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza a obediência ao devido processo legal, proporcionando assim, tempestivamente, o contraditório e a ampla defesa à contratada.

### CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

Inobstante ao disposto na Cláusula Terceira a CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao morador, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus profissionais ou prepostos, ficando assegurado À CONTRATADA o direito de regresso.

§ 1º - A fiscalização ou acompanhamento da execução deste Contrato pela CONTRATANTE e órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitação e contratos administrativos.

§ 2º - A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeito relativos à prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da lei 8.078, de 11.9.90 (Código de Defesa do Consumidor).

### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, conforme cronograma de execução, a importância mensal de **R\$ 6.900,00** (seis mil e novecentos reais) pelo acolhimento do paciente Diego Santana Pereira, totalizando o valor anual de até **R\$ 82.800,00** (oitenta e dois mil e oitocentos reais).

**Parágrafo único** – O valor corresponde ao determinado no Edital de Dispensa de Licitação nº 112, de 27/10/2025 será reajustado pelo INPC, conforme artigo 117 do Decreto 48/2023.

### CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste Contrato correrão à conta da rubrica nº:

16.10.0010.0302.0308.2235.3.3390.39 - Outros serviços de Terceiros P. Jurídica

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente Contrato será avaliada pela CONTRATANTE mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre os serviços ora

**MUNICÍPIO DE SANTA ROSA**

contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE ou para com o morador e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do Contrato.

§ 2º - A CONTRATADA facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos seus servidores, designados para tal fim.

§ 3º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, em razão do descumprimento parcial ou total de qualquer cláusula contida no presente Contrato pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** - impedimento de licitar e contratar e

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - Na aplicação das sanções serão considerados:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

§ 3º - A graduação da multa se dará de acordo com o estabelecido no artigo 137 do Decreto Municipal nº 48/2023.

§ 4º - As penalidades serão registradas no cadastro do fornecedor, quando for o caso.

§ 5º - Nenhum pagamento será efetuado pela CONTRATANTE enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 6º - A aplicação das sanções aqui previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou no Decreto Municipal nº 48/2023 e suas alterações, a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE.

§ 7º - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

§ 8º - Caso não houver quitação da multa, o valor a ela referente será retido no pagamento a que o fornecedor fazer jus.

§ 9º - Não havendo crédito ou não havendo o pagamento, a multa será convertida em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei.

§ 10 - As multas e outras sanções só poderão ser aplicadas se observado e assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa, conforme Decreto Municipal nº 48/2023 e suas alterações.

§ 11 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser



aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

Constituem motivos para rescisão do presente Contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Décima.

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido por ato formal e unilateral pela CONTRATANTE, nos casos enumerados no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado o art. 138 da mesma norma, assegurado o contraditório e ampla defesa do contratado.

§ 2º - No caso da rescisão prevista no item anterior, a CONTRATANTE deverá comunicar o credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam a este, quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

§ 3º - Também são causas de rescisão, a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no Edital e no respectivo termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à CONTRATANTE ou ao beneficiário, sem prejuízo das causas previstas na Lei 14.133/2021.

§ 4º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 5º - Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo ao morador, será observado o prazo de 60 (sessenta) dias para ocorrer rescisão, com exceção da previsão da Cláusula 3.1. "c". Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS CABÍVEIS**

Caberá recurso, no presente Contrato:

**I** - No prazo de 03 (três) dias úteis, contado da intimação ou da lavratura, anulação, revogação ou extinção do Contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE.

**II** - Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, praticados pela CONTRATANTE, cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

**Parágrafo único** - O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

O presente Contrato terá vigência pelo período de **01 (um) ano**, contado a partir de **30 de outubro de 2025 a 29 de outubro de 2026**, podendo ser prorrogado em conformidade com os a Lei Federal nº 14.133/21, havendo interesse das partes, mediante termo aditivo.



---

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

Qualquer das alterações do presente Contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma de legislação referente à Licitação e Contratos Administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Décima.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

As partes elegem o Foro de Santa Rosa, RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes justas e acertadas, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Santa Rosa, 30 de outubro de 2025.

---

FUMSSAR  
CONTRATANTE

COSTA E SOUZA RT  
CARMEL  
LTDA:62548157000103

Assinado de forma digital por  
COSTA E SOUZA RT CARMEL  
LTDA:62548157000103  
Dados: 2025.11.03 16:47:08  
-03'00'

---

COSTA E SOUZA RT CARMEL LTDA  
CONTRATADA

Testemunha:

1) \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

2) \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

